

“A VIDA NA ZONA”: DESIGUALDADES, VALORES E AS COMPLEXAS REDES QUE COTIDIANAMENTE SE ESTABELECEM ENTRE PROFISSIONAIS DO SEXO, SUA PROLE E O MUNDO SOB O FOCO EDUCACIONAL

Marcelo Nascimento Mendes*
Luiz Alberto de Souza Marques**

Resumo: O presente trabalho resultada de estudos feitos para a monografia da Graduação em História (UNISUL) e atualmente no Mestrado em educação em torno das relações que ocorrem entre profissionais do sexo, seus filhos e a sociedade. O mesmo se volta à descrição/caracterização dos contextos socialmente constituídos à margem do exercício da profissão do sexo. Assim, num estudo qualitativo, relatamos as diversas interações que ocorrem entre as partes citadas, suas implicações e a forma em que as quais se estabelecem na dinâmica de educação formal. O trabalho destaca as redes de relacionamento, história de vida, saberes, valores e padrões éticos presentes no cotidiano dos mesmos. A pesquisa evidencia a existência de um contexto que exclui a mulher profissional do sexo e que naturaliza a desigualdade sob códigos e normas que vulnerabilizam, além das mesmas, a sua prole.

Palavras-chave

Profissionais do Sexo; Prole; Educação.

Abstract: The present study results of studies made to the monograph of the Graduate Program in History (UNISUL) and currently in the Masters in education around the relationships that occur among sex workers, their children and society. The same goes back to the description / characterization of the social set the margins of practice of sex. Thus, a qualitative study, describe the various interactions that occur between the parties mentioned, its implications and the manner in which it is set in the dynamics of formal education. The work highlights the networks of relationships, history of life, knowledge, values and ethical standards present in the same routine. The research highlights the existence of a context that precludes a woman's professional and that naturalizes gender inequality under the codes and standards that vulnerable, in addition to them, their offspring.

Keywords

Sex workers; offspring; Education.

1 INTRODUÇÃO

A proposta de estudos relacionados ao exercício da profissão do sexo surge quando da realização do nosso trabalho monográfico para a obtenção do título de Licenciado em História na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e durante os estudos no Mestrado em Educação na mesma universidade. Até então a produção se limitava ao estudo das relações sócio/educacionais incidentes sobre o processo de ensino-aprendizagem dos filhos das profissionais e ex-profissionais do sexo residentes em um bairro da cidade de

Laguna em SC. Atualmente, levando em conta as inúmeras percepções advindas do referido estudo, sentimos necessidade de abordar o tema de forma mais abrangente. Surge então a proposta de descrever/caracterizar os contextos socialmente constituídos à margem do exercício da profissão do sexo sob a visão, principalmente, das mulheres que a exercem.

Partimos do pressuposto de que o exercício da profissão do sexo é ainda, na sociedade brasileira atual, encarado como comportamento desviante e, por isso, enfrenta inúmeros preconceitos. A partir disso assumimos como objetivo principal desta produção a caracterização e descrição das inúmeras redes presentes nas relações cotidianas que envolvem profissionais do sexo, seus filhos e a sociedade, suas implicações e a forma em que as quais influenciam a dinâmica de educação formal.

Por fim, nossa proposta se fundamenta sob o foco das diferenciações sociais construídas ao longo dos anos em função do exercício da profissão do sexo e suas implicações na convivência entre os grupos sociais e a hierarquização social presente comunidade à volta da “Zona”.

2 A PROFISSÃO, A PROFISSIONAL E A EXCLUSÃO SOCIAL

2.1 Quem é profissional?

São muitos os sinônimos populares atribuídos à mulher prostituída, ou ainda a “Profissional do Sexo” como cita o site “Beijo da rua”, um jornal eletrônico publicado pela organização não governamental “Davida”, cuja finalidade é organizar a categoria das profissionais do sexo, além de propor iniciativas para a mobilização e controle social. Assim seguem, além de outros:

Abre-abre, bagageira, balalaica, batalhadora, cadela, camélia, créa, dadeira, égua, ervoeira, esquinista, fuampa, guampa, guerreira, jerianta, jupira, lascada, livre, lolita, madalena, mãe solteira, piranhuda, piriguete, piroqueira, pistoleira, prostituta, puta, reboque, roda-bolsinha, toleirada, vigarista, zoina.(DAVIDA, 2008)

No Brasil desde 2002, sob o número 5198-05 do cadastro de CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) do site do Ministério do Trabalho e Emprego, aos profissionais do sexo são atribuídos os seguintes sinônimos: “Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Puta, Quenga, Rapariga, Trabalhador do sexo, Transexual (profissionais do sexo), Travesti (profissionais do sexo)”.

Para finalizar a reflexão sobre a profissão do sexo assinalamos alguns apontamentos feitos pelas entrevistadas na tentativa de categorizar a sua ocupação. Segundo elas, “putas”, prostitutas e profissionais do sexo não significam a mesma coisa. “Putas” são as mulheres que nem sempre estão no bordel, que aparecem na casa pra se divertir, mas que adoram curtir sua sexualidade sem compromisso. Quando ela gosta do sujeito ela faz de tudo para sair com ele. Não para ganhar dinheiro, mas para “gozar”, como elas mesmas afirmam. As prostitutas são as que transam por qualquer valor e que não seguem critérios e nem assumem tabela de valores para a atividade. As profissionais do sexo, grupo onde a maioria das entrevistadas se auto-inclui, são as que encaram a atividade como um trabalho e fazem o possível para seguir critérios e estratégias para a prestação dos serviços sexuais, se dando ao “luxo” inclusive de rejeitar clientes caso algo as desagrade ou comprometa sua segurança, por exemplo.

2.2 A exclusão

Caracterizado como exploração da mão-de-obra feminina no sistema capitalista, o exercício da profissão do sexo é encarado, muitas vezes, como um mal necessário à sociedade e repudiado principalmente pela Igreja. Uma ressalva que faz este mal se tornar necessário é a sua importância na manutenção e proteção da moralidade do casamento ou em qualquer outro relacionamento “socialmente” reconhecido.

Segundo Rossiaud (1991) e sua análise da profissão do sexo na idade média afirma que, além das características citadas acima, “Os bordéis já não pareceram apenas protetores das esposas e virgens, mas suscetíveis de preparar para a conjugalidade”. (ROSSIAUD, 1991: 140)

Tentando entender este contexto e avaliando a existência de condutas reguladoras na sociedade Pais (2003) afirma que “por normas de conduta podemos entender um conjunto de valores e de regras que se apresentam aos indivíduos através de aparelhos prescritos diversos, como a família, a escola, a Igreja etc”. (PAIS, 2003: 124)

Goffman (1988: 138) cita que “Pode-se tomar como estabelecido que uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas...” e afirma ainda que “(...) Os valores de identidade gerais de uma sociedade podem não estar firmemente estabelecidos em lugar algum, e ainda

assim podem projetar algo sobre os encontros que se produzem em todo lugar na vida cotidiana.” (GOFFMAN, 1988: 139)

A profissional do sexo opta por transgredir as regras, porém aceita manter determinadas características do contexto social, como a atenção ao homem sob o ponto de vista da sua virilidade, “própria da sua masculinidade”, em função de um ganho, em função de uma estratégia de “mercado”.

Ela transcende a existência dos aparelhos citados por Pais (2003) e torna-se um ícone da quebra das regras e dos modelos. Farinha e Bruns afirmam que “*No imaginário social, a prostituta representa o que a mãe e a esposa não podem ser - sensual, depravada, despudorada, sem dono, livre para o sexo*”. (FARINHA e BRUNS, 2006: 40)

No momento em que profissionais do sexo são impossibilitadas de preencher os requisitos, principalmente familiares desta sociedade, estas são automaticamente excluídas, estigmatizadas e passam a sofrer preconceitos sociais e culturais, além de serem caracterizadas como incapazes e delinquentes. Para tanto, Bacelar (1982) menciona que “Quando os indivíduos não se ajustam aos padrões normativos prescritos pela ordem institucional, quando apresentam qualquer desvio radical desta ordem, passam a ser designados como inadaptados, criminosos, delinquentes...” (BACELAR, 1982: 10)

Em seus estudos sobre a temática do estigma Goffman (1988) atribui à prostituta (profissional do sexo) a denominação de “desviante social”. Para ele (1988; 155): “Elas [as pessoas que se enquadram no conceito de desviantes sociais] são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; (...) falta-lhes moralidade;” entre outros.

Sob a temática da exclusão social Demo afirma que: (...) *A exclusão não se esgota no afastamento do mercado de trabalho, mas ganha significação tanto mais drástica no processo de destruição de valores integrativos tradicionais, atingindo os patamares da precariedade marcada pela não-presença e impotência.* (DEMO, 2002: 21)

Partindo desses pressupostos é possível refletirmos sobre o contexto da profissional do sexo e percebermos que, para a sociedade, é como se ela não estivesse inserida no mercado de trabalho, principalmente pelo fato de ela não contemplar os requisitos principais para ser considerada uma trabalhadora, não tendo registro em carteira de trabalho e nem mesmo obedecendo a rotinas de trabalho convencional.

Podemos observar claramente que as normas de conduta contribuem ainda mais para a manutenção de uma cultura de exclusão quando o ser humano recebe do meio social uma carga bastante grande de valores como especifica Werneck:

O ser humano (...) nasce não apenas num meio natural, mas, especialmente, num meio social e cultural, e recebe, nos primeiros anos de sua vida, numa fase em que não tem ainda condições para uma avaliação e em juízo pessoal, uma série de interpretações literalmente preconceituosas, provenientes do imaginário social, que aceita e adota como suas, reproduzindo a visão do mundo e a ideologia da cultura em que foi criado. (WERNECK, 2003: 36)

Portanto, tão importante quanto analisar as condutas de poder e os aspectos causadores da subjugação de classes e minorias é analisar, no foco proposto por esta pesquisa, a sua influência no processo de construção individual, não isolado, de novos cidadãos e cidadãs, fruto destas características. É um grande desafio para o desenvolvimento de qualquer intervenção ou análise situacional, compreender o ser humano como sujeito sociopolítico, cidadão de uma cultura particular em um contexto coletivo multicultural, socioambiental e econômico.

3 APRESENTANDO RESULTADOS

3.1 As redes

Inúmeras vezes pessoas que, por um motivo ou outro, tiveram contato com a pesquisa e souberam da temática nos perguntaram sobre os motivos que levaram essas mulheres a exercer a profissão do sexo. Perguntas como, por exemplo: será que estas mulheres nunca procuraram um trabalho? Será que ser empregada doméstica não é mais digno que ser uma “puta”? E os filhos, elas dão? Perguntas como estas revelam o imaginário popular e, tantas quantas vezes nos foram feitas a resposta é única: não é objetivo desta pesquisa interpretar motivos para o exercício da profissão do sexo sob o ponto de vista moral, mas sim sob critérios éticos e profissionais.

Assuntos relacionados à família são difíceis de serem tratados pelas profissionais do sexo durante as entrevistas. O assunto traz recordações que muitas vezes as desagradam, principalmente por despertarem sentimentos como a saudade (por significar a fraqueza). Familiares próximos representam, antes de qualquer coisa, as suas origens. Os filhos representam, na maioria dos casos, a importância de “agüentar o tranco” na casa, pois os mesmos precisam ser alimentados e bem cuidados (perto ou longe delas).

Culturalmente o espaço familiar está ligado à moralidade. A família apresenta-se como uma das instituições mais significativas da ordem social, pois a sociedade se estabelece

em contradistinção e em concordância com a família, se espelhando na sua formação e, dessa forma, constituindo padrões a sua imagem. Ela deve, de acordo com modelos religiosos e sociais, ser constituída de um grupo com base no casamento entre um homem e uma mulher, sob a liderança masculina, oficializado em um cartório e abençoado por um líder religioso, e, que dê origem a filhos dentro deste relacionamento. Na sua maioria, as profissionais entrevistadas advém de famílias que contemplam este modelo e para as mesmas é difícil representar a desordem do mesmo.

A relação entre profissionais do sexo e a dona do bordel, antes de exploração, representa proteção. Segundo os relatos, se estivessem na rua, as “meninas” estariam expostas a diversas situações que colocariam em risco o seu instrumento de trabalho e mais do que isso, riscos que poderiam significar sua morte. Os donos dos bordéis estabelecem regras claras para o bom funcionamento da casa. É proibido o uso de drogas ilícitas e também a exposição excessiva no salão ou no bar. São estabelecidos ainda os horários de trabalho e dias de folga.

Para o cliente a relação é simples, ele se propõe a pagar por um “serviço” especializado que o mesmo não encontra em nenhum outro lugar a não ser no bordel, ou seja, um instrumento para satisfazer seus desejos considerados impuros e impraticáveis com esposas, noivas e namoradas. Para a profissional ele não representa nada mais do que o dinheiro que ele paga pela prestação do “serviço”. Para elas, a quantia que o cliente paga representa o valor dele e não dela. Quanto mais rico ele aparentar, mais caro será cobrado.

A comunidade à volta da “zona” é o espaço social onde ocorrem as interações e embates mais significativos da dinâmica estabelecida entre as profissionais do sexo e as “famílias de bem”. Na comunidade há uma tendência a tolerar a sua presença, porém não há aceitação. Em resposta, as profissionais estabelecem um código de ética profissional com a intenção de proteger os casamentos na comunidade. Elas afirmam não atender homens casados residentes nas proximidades do bordel e tampouco revelam nomes ou situações que envolvem outros freqüentadores. A escola é uma instituição que faz parte e reproduz o modelo social.

3.2 História de Vida, Prole e Educação

Relatamos que profissionais do sexo e comunidade interagem, muitas vezes, em função da existência de crianças no contexto cotidiano. Quando a profissional vêm para o bordel trazendo filhos pequenos é necessário que a criança seja abrigada em casas próximas. Nesses casos a profissional vai em busca de uma “família babá” que possa cuidar da criança enquanto ela trabalha. Na maioria das vezes a administração da Boate sugere residências que,

ao longo dos anos e com certa frequência, desempenham essa função e que perceberam nessa atividade uma oportunidade de aumentar o orçamento familiar.

Muitas mulheres relatam tentar encontrar ambientes sadios e que possam proporcionar à(s) sua(s) criança(s) o que elas não poderiam oferecer por causa de sua condição profissional e de moradia. O ideal de “família babá” está relacionado às seguintes características: composta de um grupo familiar tradicional onde exista o casal e ainda filhos com idade próxima a dos seus, e, se possível, que possam frequentar a mesma unidade de ensino escolar, além de conviver sob a liderança masculina no espaço familiar.

De acordo com a administração escolar, quando da matrícula das crianças na escola, dificilmente as mães identificam sua verdadeira profissão. Comumente elas se identificam como secretárias e domésticas. A revelação sobre a sua real atuação profissional acontece quando os comentários na comunidade chegam à escola.

Nos relatos as “meninas” afirmam não ter tido oportunidade de estudar. Dizem não ter tido condições de viver sua infância, principalmente pelo fato de ter casado cedo, ou ter optado por buscar condições financeiras antes mesmo de chegar a vida adulta. Afirmam não conseguir voltar a estudar, principalmente por causa da rotina de trabalho. Porém, uma coisa que às orgulha é ver a alegria de seus filhos em frequentar a escola. Elas atribuem valor inestimável a educação formal de seus filhos. Para elas a frequência na escola é a garantia da libertação do estigma da pobreza e da marginalização e, por isso, elas manifestam confiança na estrutura física, administrativa e pedagógica da escola.

3.2.1 A participação, socialização ou interferência da escola na relação com as crianças oriundas “da zona”.

Para ajustar a linguagem e obter um entendimento do que significa a socialização num contexto escolar, buscou-se primeiro conceituar o termo. Ferreira (FERREIRA, 2004: 1865) conceitua como socialização “processo de integração mais intenso dos indivíduos no grupo”. Completando esse primeiro conceito, Edgar e Sedgwick (2003) consideram a socialização como “Um processo pelo qual o indivíduo aprende a participar de uma sociedade e de uma cultura específicas, e então a compor um ser genuinamente social e cultural”.. (EDGAR e SEDGWICK, 2003: 310)

Em se tratando do papel da escola, a socialização encontra-se na base do processo, pois esta recebe um número expressivo de alunos e em seu conjunto se apresenta um leque de diversidades que se encontram num espaço único, num tempo histórico comum a todos e motivados por um mesmo objetivo. Nesse contexto a socialização trata de colocar num

coletivo, as diversidades. Evitar conflitos, mediar preconceitos, atenuar diferenças faz parte, entre outros papéis, a função social da escola.

Percebeu-se, quando o assunto é a participação e/ou interferência da escola no processo de formação educacional e social de filhos de profissionais manifestam-se algumas disparidades, principalmente na identificação desse público. A direção da escola se posiciona afirmando dever tratar o assunto de forma natural e sem preconceitos, ou seja, prefere omitir a informação ou deixar que o profissional identifique a composição de sua turma por conta própria. Lê-se omitir no sentido de não evidenciar.

Evidencia-se a importância de se estudar a prática cotidiana dos sujeitos da escola e suas vivências no espaço escolar. Assim André (1995) nos ajuda a ter clareza sobre tal abordagem quando cita em sua obra intitulada “Etnografia da Prática Escolar” o seguinte:

O estudo da dinâmica de sala de aula precisa levar em conta, pois, a história pessoal de cada indivíduo que dela participa, assim como as condições específicas em que se dá a apropriação dos conhecimentos. Isto significa, por um lado, considerar a situação concreta dos alunos (processos cognitivos, procedência econômica, linguagem, imaginário), a situação concreta do professor (condições de vida e de trabalho, expectativas, valores, concepções) e sua inter-relação com o ambiente em que se processa o ensino (forças institucionais, estrutura administrativa, rede de relações inter e extra-escolar). (ANDRE, 1995: 43)

Desta forma a prática escolar só terá os devidos resultados quando o seu corpo profissional atentar para estas perspectivas, principalmente a da “observação participante” dos contextos apontados acima por André (1995). A escola não precisa desprender atenções diferentes aos seus alunos, porém precisa reconhecer que a coletividade é heterogênea, e todos ao mesmo tempo, buscam a atenção às suas especificidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante admitir que nossos olhares pré-conceituosos quando da proposta nos impediam de reconhecer que o destaque ao cotidiano das vivências encontradas eram mais importantes do que a ilusão à polemicidade do tema. O contexto avaliado ocorre todos os dias e a polêmica pode ser encontrada nos olhares do imaginário popular que incidem sobre o mesmo e não nos pensares destas mulheres. Atentamos aqui para a educação do olhar sobre o foco proposto e ainda o exercício da alteridade.

Diante das diversas redes de relacionamento descritas no texto podemos perceber que a discriminação da mulher é visível e a impureza de sua existência na forma de

profissional do sexo dá um tom de sujeira e contaminação social. Para o imaginário popular, o bordel é o espaço reservado ao pecado e ao exercício da promiscuidade. É o local em que a família não pode estar presente e nem mesmo ser constituída. Relatamos, diante desse mesmo imaginário, a necessidade de isolar a presença material da “puta” dos espaços “familiares”. Assim, são criadas as “zonas de meretrício”, os Bordéis, as Casas de Shows e outros espaços que, ou são localizados em áreas distantes dos centros urbanos em bairros com vulnerabilidade social acentuada, ou são disfarçados sob a roupagem de cinemas pornô, Boates e outros.

O estigma, no caso abordado, é transferido a outras esferas de convivência da profissional. Ele está presente na visão estereotipada sobre a forma de exercer sua sexualidade, na sua relação com os diversos grupos sociais a sua volta, na comunidade, no bairro, na cidade, na família. Faz-se presente ainda na posição de classe social e na sua incansável busca pela independência.

Valores se perdem e o estigma fortalece a idéia de inércia da existência da profissional do sexo e prejudica o exercício de sua cidadania feminina. Ele ameaça a perda da honra, da integridade e da busca por direitos. O estigma a isola do mundo e acaba por classificá-la como inferior, fazendo com que essa inferioridade seja transmitida para seus filhos, mesmo que involuntariamente.

Durante todo o tempo de observação participante e realização de entrevistas pôde-se avaliar que o papel da instituição escolar é o de colocar num coletivo as diversidades. Evitar conflitos, mediar preconceitos, atenuar diferenças, fazem parte, entre outros papéis, da função social da escola. Destacamos ainda a preocupação escolar em não parecer discriminatória. Porém, a instituição, assim como outras tantas no Brasil, se mantém sob os moldes familiares e sociais, cristãos e eurocêtricos, e acaba sendo impedida de reconhecer a existência de um contexto discriminatório involuntário e sem imposições visíveis, que contribui para a manutenção de preconceitos à sua volta.

Salientamos a importância que a pesquisa tem para o conhecimento da história local, ao estudar um episódio (instalação do bordel) que, pelo tempo de permanência no bairro, foi incorporado pela comunidade como um espaço aceito (mesmo não considerando como algo positivo). Entende-se que a presença do bordel deve ser tratada como algo que faz parte da história social do bairro; da história de vida das pessoas que ali vivem; e dos contextos da sua oralidade.

Apontamos a alternativa de se estudar o preparo dos profissionais da educação frente às diferenças de realidade encontradas na escola, e, quando da necessidade de se

trabalhar assuntos como a “família”, valores morais e outros na presença de “filhos de zona” entre seus alunos.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BACELAR, Jeferson Afonso. **A família da prostituta**. São Paulo: Ática, 1982.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **CBO - Classificação Brasileira de Ocupações – Relatório da Família**. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/pdf/template_5198.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2008.

DAVIDA, Prostituição, Direitos Cíveis, Saúde. **Papo da Vida**. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=13&num=2>> Acesso em: 23 jun. 2008.

DEMO, Pedro. **Charme da Exclusão Social: polêmicas do nosso tempo**. 2. ed. Ver. Campinas: Autores Associados, 2002.

EDGAR, Andrew e SEDGWICK, Peter. **Teoria Cultural de A a Z**. São Paulo: Contexto, 2003.

FARINHA, Marciana Gonçalves e BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Adolescentes profissionais do sexo**. Campinas: Átomo, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Positivo, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

ROSSIAUD, Jacques. **A prostituição na Idade Média**. Trad. Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

WERNECK, Vera Rudge. **Cultura e Valor**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.